

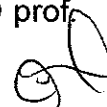


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 8h30, na sala 114 do Conselho Nacional de Educação, teve início a octogésima primeira Reunião Ordinária da CONAES, com a presença dos membros da CONAES: **Senhor Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Senhor Hélio Chaves Filho** (SERES/MEC); **Senhora Andréa Andrade** (SERES/MEC); **Senhora Cláudia Maffini Griboski** (INEP/MEC); **Senhor Adalberto Grassi Carvalho** (CAPES/MEC); **Senhor Robert Evan Verhine** (Notório Saber); **Senhor Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Senhor Guilherme Marback Neto** (Notório Saber); **Senhor Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente); **Senhor Sandro Oliveira Pimentel** (Representante do Corpo Técnico Administrativo); **Senhor André Luiz Vitral Costa** (Representante do Corpo Discente), **Senhora Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois** (Secretária Executiva da CONAES). Estiveram presentes também, a convite os Conselheiros do Conselho Nacional de Educação **Milton Linhares** e **Gilberto Garcia**. O Presidente abriu a sessão agradecendo a presença dos membros do CNE: conselheiros Milton Linhares e Gilberto Garcia, os quais agradeceram o convite. Em seguida foram apresentadas as faltas justificadas: Maria Clara Kaschny Schneider (Notório Saber) está em processo eleitoral em sua instituição, na qual é candidata à Reitoria; Luiz Claudio Costa (INEP) está em viagem. O Presidente iniciou os informes gerais tratando sobre a Missão Cabo Verde que será de 21 a 25 de novembro de 2011, da qual participarão, dentre os membros da CONAES, o Presidente e o prof. Robert Verhine. Falou que há um convite para UFG dia 24/11/11, o professor Robert Verhine aceitou o convite. Outro convite para palestra na CONTEE, dia 21/11/11. O prof. Sérgio disse que fará uma carta agradecendo, mas declinando do convite. Outro convite – CEE-MT, foi sugerido que a Senhora Cláudia Griboski atendesse. Convite da UFPE, também será declinado. O prof. Sérgio relatou que esteve em uma reunião com a Editora Saraiva, sobre bibliotecas virtuais. Segundo a visão da Ed. Saraiva, os cursos do Brasil não têm condições de ter um acervo virtual completo, a não ser cursos como de Direito. Ressaltou que um acervo deve ser sempre aberto, ou seja com acesso universal e simultâneo, pois faz parte dos indicadores dos instrumentos. Ressaltou que a maior dificuldade, hoje em dia com acervos virtuais, segundo a Ed. Saraiva, são os autores, ou seja, a cessão dos direitos autorais. Além disso, o custo inicial é grande. Relatou que existem 2 formas de acesso a biblioteca: baixar o livro, por um determinado tempo; e leitura no próprio servidor. Existem várias tecnologias disponíveis, mas há problemas de custos. O Presidente relatou ainda reunião

ocorrida com membros do CEE-SC, com vistas à assinatura de convênio para definir sua participação no SINAES. O senhor Hélio Chaves Filho relatou preocupações quanto a instituições do sistema catarinense. Relatou que existe uma instituição com mantenedora em outro local, e que muitas IES particulares estão funcionando em estabelecimentos públicos de maneira irregular. O Conselheiro Gilberto Garcia que o CNE está atento e que estão sendo feitas movimentações para que as IES que não migraram para o Sistema Federal, a migrar. IES cuja origem dos recursos, é preponderantemente privado. Robert Verhine perguntou sobre os CEE de forma geral. O prof. Sérgio relatou que apenas o CEE do MT, além do de SC, também teve interesse em convênio. SP também disse gostaria de ter uma conversa. Disse ainda que não teve tempo para alavancar essa questão. Relatou que a maioria das IES estaduais apenas são avaliadas pelo ENADE. O Conselheiro Milton Linhares – perguntou o quantitativo das IES privadas que estão sob a tutela do Estado. O sr. Hélio Chaves disse que registros apontam para uma centena de IES, mas que podem ser bem mais. Disse que foi feita uma ação para que todas as IES cujos CI eram baixos, para que firmassem um protocolo de compromisso, de organização de infra-estrutura e remodelagem de projetos pedagógicos de cursos. Para o recredenciamento, seria necessário o protocolo de compromisso. O prof. Sérgio Franco ainda relatou sua participação em um evento na Unesp em Botucatu. Falou que há uma preocupação de que os sistemas estaduais e o SINAES sejam alinhados. O presidente relatou ainda sobre os encontros da ABRAFI. Disse que em um dos encontros foi relatado que algumas avaliações já estão utilizando o novo instrumento, o que não foi confirmado. Além disso, questões de regulação e avaliação também têm vindo à tona. Foi relatada também reunião ocorrida da Presidência da CONAES com a OAB. Foi tratada a nota que a OAB lançou sobre a abertura indiscriminada de cursos de graduação. Falou que eles estão insatisfeitos com a questão da retirada do indicador titulação do coordenador de curso. Ressaltou que a questão da regulação e supervisão não poderia ficar atrelada apenas aos indicadores dos instrumentos de avaliação. Relatou que se aumentará as interlocuções com entidades, tais como a OAB. O sr. André Vitral relatou sobre questões discutidas no Congresso Nacional que dizem respeito à CONAES. Houve audiência sobre avaliação e regulação do ensino superior privado e observou que há ainda muita confusão entre avaliação e regulação. Também destacou que o assunto da educação a distância também foi discutido. Há ainda a proposição de Projeto de Lei que prevê o desligamento de estudantes a partir da inadimplência por 3 meses. O prof. Sérgio Franco sugeriu que a CONAES fosse informada das discussões no Congresso Nacional, a fim de que a mesma se pronuncie acerca das questões. O sr. André afirmou que cabe uma visita da CONAES às duas comissões de educação das casas parlamentares, para uma aproximação institucional. O sr. Sandro Pimentel relatou que existe um projeto de lei que visa a retirada as IFES para o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Deputado Roberto Requião deu parecer contrário. O sr. Sandro informou ainda ser hoje o dia do médico, e o projeto de lei 2103, reduz o salário dos médicos pela metade. Os salários dos médicos federais estão sendo transformados em VPNI. Talvez haja greve dos médicos. Após esses informes o Presidente iniciou a ordem do dia. Relatou que o primeiro tema da pauta precisa da presença do INEP e, por isso ficará para depois, quando a representação desse órgão já se fizer presente. O prof.



Marcelo Knobel sugeriu que se falasse sobre o seminário. O prof. Sérgio informou que a divulgação vai via sistema e-MEC; a partir de amanhã; além disso deverão ser convidados os CEEs bem como as diversas entidades que participaram das audiências públicas. A ACS também divulgará o Seminário na página do MEC. O sr. André sugeriu disparar o convite para redes sociais da UNE. O prof. Sérgio leu os nomes dos relatores e debatedores dos painéis do seminário. O prof. Reginaldo Meloni relatou que não poderá participar. Reforçou a importância de se convidar: UNE, CONTEE e FASUBRA. O presidente concordou e ainda reforçou que essas entidades participarão na primeira mesa do Seminário. O prof. Sérgio Franco leu e comentou os diversos temas da pauta para discussão. O prof. Robert sugeriu que fosse esclarecido o porquê dessas discussões e o encaminhamento que se dará a isso. Após uma discussão geral dos tópicos foi feita a correção da redação do segundo ponto para "discussão do ciclo avaliativo" e não definição. Houve concordância geral pela alteração. O Presidente iniciou o primeiro ponto: **Aperfeiçoamento do processo de regulação a partir de indicadores mesmo com ausência da avaliação "in loco"**. Os indicadores CPC e IGC são os que existem, para além dos resultados da avaliação. Entende-se que o CPC transforma-se em CC, mas para regulação isso não é necessário. Poder-se-ia verificar que elementos o Censo da Ed. Superior poderia fornecer para fortalecer a regulação. O sr. Hélio Leu os artigos da lei do SINAES que dispõe que as avaliações e indicadores para regulação são diversificados. A sra. Andréa Andrade informou que as renovações de reconhecimento de cursos estão ocorrendo com base em índices. Afirmou ainda que é preciso ter clareza sobre o calendário dos índices. O volume de processos de renovação de reconhecimento é enorme e a discussão dos índices irá impactar muito. O IGC é um indicador de resultado. O CPC é um indicador de processo. O comum é a visita dar uma nota maior que os índices. Sugeriu que os índices institucionais deveriam ser atrelados aos cursos, pois um índice IGC positivo gerado a partir de um curso não poderia valer para outros cursos da mesma IES que não sofreram nenhuma avaliação. O prof. Robert Verhine afirmou que as visitas são fundamentais, mas deveria ser utilizada de forma estratégica, para ser mais viável. A palavra final também não precisa ser da visita. Um estudo mostra que 95 IES com nível 5, apenas 14 são Universidades, ou seja, estamos dando nota excelente para IES que não priorizam pesquisa. O Conselheiro Gilberto Garcia perguntou se os indicadores estão amadurecidos suficientemente. Relatou que o CNE tem criado jurisprudências com pouca base sobre o assunto. Relatou que o CNE apesar de não decidir nada a respeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, muitas vezes, tem dado pareceres, principalmente, em grau de recurso, sobre esse assunto. Relatou que percebe-se que os indicadores precisam ser amadurecidos. O prof. Marcelo Knobel concordou que deve-se discutir os indicadores. Sugeriu a existência de diversas dimensões de avaliação, talvez verificar historicamente, o porquê de um indicador manter determinado tipo de resultado ao longo da história da IES. A sra. Andréa Andrade ressaltou que se deve demandar novos insumos, fazer coletas específicas. O sr. Hélio Chaves Filho lembrou que também deve-se analisar a metodologia de cálculo dos indicadores. A sra. Andréa Andrade leu a definição de indicador social e destacou que o ponto chave da regulação é baseado em visitas e indicadores. Ressaltou a necessidade de mapeamento dos indicadores. O prof. Robert Verhine ressaltou a necessidade de se

aperfeiçoar e diversificar os indicadores. Sugeriu a criação de um GT. O Conselheiro Gilberto Garcia relatou que na Câmara de Educação Superior do CNE tem se trabalhado com os contínuos, ou seja, série histórica dos índices de uma IES. Exemplificou que IES como PUC Rio e FAGEM tem o mesmo IGC. Isso não é justo, e na verdade, não é real. O Conselheiro Milton Linhares afirmou que se busca a faixa contínua para decidir credenciamentos e protocolos de compromisso. Talvez a publicação do IGC pela faixa contínua fosse algo bom para a regulação. Lembrou que um IGC 290 e 195 apesar de recaírem em nota 3, indicam diferenças nas IES. Também ressaltou que o CPC tem sido encarado como conceito absoluto e não como um preliminar. O sr. Hélio Chaves Filho destacou a necessidade de frisar alguns pontos. As fronteiras têm que trazer um conjunto. As séries históricas têm que gerar uma série de derivadas. Uma opção poderia ser separar o IGC por subáreas. Explicou que o peso da pós-graduação no IGC é grande. O prof. Sérgio Franco lembrou que para regulação o CPC deve ser mantido. Explicou que o processo regulatório está muito atrelado a visitas. Relatou que o CPC e IGC pela prevalência que têm hoje acabam gerando distorções. Se tiver um conjunto maior de indicadores a distorção fica menor. Isso também já havia sido discutido na ocasião da dispensa das visitas. A quantidade de casos em que um CPC 2 é convertido para um CC 4 após a visita aumentaram. Isso se deve ou pela melhoria das IES ou porque as IES aprenderam a lidar com os instrumentos. A decisão de visita não pode ser por causa de um resultado, mas sim por causa de uma política de avaliação. A sra. Andréa Andrade lembrou que é necessário um tensionamento (crítica) em relação a indicadores de processo e de resultados. A visita tem que ser discricionária, não ficar atrelada a índices bons ou ruins. O prof. Sérgio Franco ressaltou que a visita não pode ser o resultado final. Ela tem que ser um elemento a mais. Ela deve ser um processo de promoção de qualidade e não de regulação. Andréa completou afirmando que a visita tem que validar um processo e não deve ser concentrada na verificação de notas ruins das IES. Lembrou que as IES se preparam para as visitas. Deveria ter um estabilidade, um comitê que discuta essas questões cotidianamente. Prof. Marcelo Knobel sugeriu que se analisassem as diversas visitas que existem e se construísse um histórico das visitas, como por exemplo, aproveitar as visitas da CAPES, do Ministério da Saúde, da OAB. Após essa discussão, o Presidente sugeriu encaminhamentos, que, após discussão, foram definidos do seguinte modo: a) propor ao INEP um GT para criação de uma cesta de indicadores; b) um GT para abertura dos insumos e revisão dos cálculos, além do estudo sobre a aplicação dos indicadores por área; c) um GT para análise do aprimoramento dos indicadores existentes e inclusão de novos insumos nos mesmos; d) marcação de reuniões para análise dos cenários com participação da CONAES, CNE e Secretarias do MEC. A reunião foi suspensa para o almoço. Ao serem retomados os trabalhos, no período da tarde, o Presidente retomou o primeiro ponto da Ordem do Dia: **Situação das avaliações do Sistema ARCU-Sul no Brasil.** Comentou que o processo do ARCU-SUL está parado devido ao fato do processo estar no Ministério do Planejamento. O INEP está esperando o processo para dar início. Vão se tomar todas as medidas para se iniciar este ano as avaliações do ARCU-SUL. Comentou ainda que a SESu apontou para a necessidade de se aprovar o Manual do Sistema ARCU-SUL. A sra. Cláudia Griboski sugeriu adequação no período de visitas que consta no Manual do Sistema ARCU-

SUL. O prof. Sérgio Franco sugeriu aprovar o manual com ressalvas possíveis específicas da dinâmica de cada país. Aprovado. A sra. Cláudia Griboski relatou preocupação com a questão de revalidação de diplomas tendo em vista as creditações advindas do ARCU-SUL. Relatou que são políticas distintas e que se precisaria diferenciar as ações. O prof. Sérgio Franco relatou que o ARCU-SUL não propõe a revalidação automática e que apenas propõe o reconhecimento em nível acadêmico, mas não para efeitos de titulação. A sra. Cláudia Griboski questionou que se uma IES é acreditada, é porque existe qualidade e por que não se seria revalidado o diploma? Saliu que traz esse tema porque existem duas políticas que devem ser alinhadas. A seguir, voltou-se aos temas de debate, passando a tratar do item **Discussão do Ciclo Avaliativo e possibilidade de criação de um calendário de visitas a partir de uma política de avaliação.** A sra. Cláudia Griboski relatou que existem processos de 2007 que ainda estão tramitando. O prof. Sérgio sugeriu se pensar na idéia do ciclo avaliativo quanto à validade ou de disparo do processo. Para o sr. Helio Chaves Filho não é preocupante o fato de haver processos de 2007 em trâmite, pois há sobrestamento. A preocupação vem na questão da morosidade das análises feitas pelas secretarias. A regularidade da inscrição dos estudantes também é uma questão importante. Para a sra. Cláudia Griboski, é possível estabelecer um ciclo, mas é difícil estabelecer um prazo do ciclo devido a possíveis diligências que podem ocorrer durante o processo e que dependem também da ação das IES. O sr. Hélio Chaves Filho informou que existem 500 IES sem pedido de credenciamento válido no E-MEC. O prof. Robert Verhine questionou se não seria o caso de se estabelecer que o ciclo é de 3 anos. O sr. Helio Chaves Filho lembrou que tem que haver a possibilidade sobrestamento a qualquer momento, devido a uma posição da SERES. O prof. Guilherme Marback afirmou que para algumas IES é um problema o fato de o cadastro não estar atualizado. Por exemplo, a fase de recurso da CTAA pode cortar o FIES de uma IES. Segundo a profa. Cláudia Griboski, hoje, em 5 dias, se publica o resultado no e-MEC, mas quando se tem recurso ainda da CTAA isso fica prejudicado. Dever-se-ia publicar apenas após o prazo de recurso de 60 dias da CTAA. O Conselheiro Milton Linhares lembrou que os prazos são ultrapassados devido a diversos percalços. Perguntou quantas IES estariam com problemas no processo de renovação de credenciamento. O Conselheiro Gilberto Garcia afirmou que as IES tem que entender que existem prazos de validade do credenciamento. Relatou que em dezembro de 2013, o MEC terá uma radiografia do sistema de educação como um todo. O Presidente, propõe, então, a partir da discussão, os seguintes encaminhamentos: a) criação de um GT envolvendo SERES, CONAES e INEP para discutir quais são os limites para a sobreposição do ciclo avaliativo e do ciclo real de regulação; b) Discussão posterior sobre definição de uma área para avaliação universal, independentemente dos resultados do CPC. Aprovados. A seguir o Presidente deu início ao terceiro ponto de discussão: **Definição de uma política de divulgação dos processos avaliativos.** Sugeriu uma divulgação do conceito final e do conceito por dimensão. O sr. Adalberto Carvalho sugeriu que seja publicado o relatório de avaliação também, já que a divulgação só do conceito é muito pouco. A profa. Cláudia Griboski questionou se o formato do nosso questionário de avaliação é de fácil compreensão. O prof. Robert Verhine sugeriu que se distinguísse o CC que advém de um CPC e um que é fruto de uma visita. A profa. Cláudia Griboski

relatou que isso geraria dois resultados e que deixaria as pessoas que confusas. O Conselheiro Milton Linhares destacou que em relação ao IGC isso se torna ainda mais complicado, pois é visto como um índice para a instituição como um todo, apesar de ser baseado em alguns cursos. O prof. Robert Verhine insistiu que se deve indicar as subáreas avaliadas, além de se colocar o relatório na divulgação; divulgar-se o CC de forma diferente quando ele advém do CPC e de visita; desagregar os resultados para que o público tenha mais informações. Outra coisa, seria deixar claro na divulgação o que é CPC; CC. O prof. Sergio Franco sugeriu que o mesmo grupo que estudaria a questão do ciclo avaliativo, junto com ciclo regulatório, estudaria a questão da divulgação. Aprovado. Então o Presidente iniciou a discussão dos pontos 4 e 5. Sugeriu que talvez uma reunião conjunta da CONAES com a Câmara Superior do CNE poderá definir a excelência. O Conselheiro Milton Linhares lembrou que o conceito excelência existe, mas não está definido na lei. Para Robert Verhine a excelência é uma composição de elementos, refere-se a uma soma de excelência. Que outro conceito de excelência deve ser pensado, e não a somatória dos valores máximos dos indicadores. Para o prof. Sérgio é preciso sinalizar às IES como se chega a essa excelência. O Conselheiro Gilberto Garcia pontuou que provavelmente estará atrelada a excelência aos indicadores. O prof. Marcelo Knobel relatou que não se chegará a um consenso tão facilmente. O sr. Adalberto Carvalho explicou que na CAPES também foi bem complicado definir excelência. Após muita discussão, descobriu-se que a excelência seria inserção internacional. Uma questão que na prática funciona muito é definir-se "travas" para a nota máxima, com uma indicação de "elegíveis a nota máxima". A profa. Cláudia Griboski sugeriu que talvez se pudesse compor no instrumento mais um indicador para excelência. O prof. Sérgio Franco ponderou que talvez não fosse a questão de mexer no instrumento. O Conselheiro Gilberto Garcia sugeriu retirada do termo excelência do decreto que regulamenta os centros universitários. O prof. Sérgio sugeriu que esta ideia deve ser mais amadurecida para a posterior definição. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião e foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

Sérgio Roberto Kieling Franco

(Presidente)

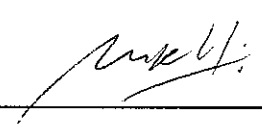
Guilherme Marback Neto

(Notório Saber)

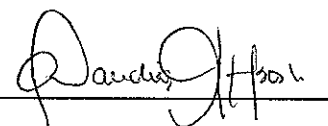
Robert Evan Verhine

(Notório Saber)

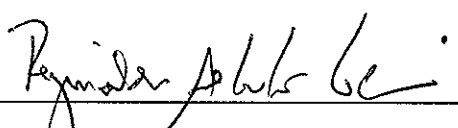
Helio Chaves Filho
SERES/MEC



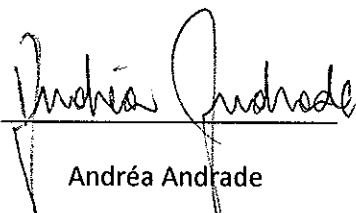
Marcelo Knobel
(Notório Saber)



Cláudia Maffini Gribosck
MEC/INEP

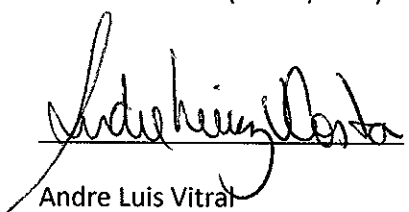


Reginaldo Alberto Meloni
Representante do Corpo Docente



Andréa Andrade
(SETEC/MEC)

Sandro de Oliveira Pimentel
(Representante do Corpo Técnico Administrativo)



Andre Luis Vitral
Representante da UNE

Milton Linhares
Conselheiro do CNE

Gilberto Garcia
Conselheiro do CNE